

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU  
EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO DE DIREITOS E TRABALHO EM REDE  
ESPECIALIZAÇÃO UNIEDU/FUMDES**

**POLIANE APARECIDA DA SILVA**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS  
ESCOLAS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Chapecó – SC, 2018.**

# A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Poliane Aparecida da Silva<sup>1</sup>  
Marcilei Andrea Pezenatto Vignatti<sup>2</sup>

## RESUMO

Para a inclusão de pessoas com necessidades especiais no sistema regular de ensino, é necessário que a escola rompa com as práticas pedagógicas discriminatórias que ainda continuam muito presentes. Compreendendo esta situação da escola regular, em 2007 o MEC lança o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pautada numa escola para todos. Sendo assim, a bandeira da escola inclusiva é uma escola para todos, independentemente de os integrantes possuírem ou não necessidades especiais. A educação inclusiva não é somente incluir as pessoas com necessidades especiais no ensino regular, mas, promover estratégias para que elas permaneçam como também progridam no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Como problemática de estudo procurei responder à questão: Quais as principais contribuições das políticas públicas para que realmente se efetive a inclusão no âmbito educacional? Os objetivos traçados neste estudo são: Refletir sobre a importância da rede de políticas públicas na efetivação dos direitos da PCD; Destacar as políticas públicas focadas na Educação Especial; Identificar de que forma está ocorrendo a inclusão nas escolas de Ensino Regular. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi de cunho bibliográfico. A inclusão é um movimento mundial que envolve os aspectos políticos, culturais, sociais e pedagógicos. Vale atentar que a educação inclusiva está pautada na concepção de direitos humanos a todas as pessoas e valores como igualdade e diferenças são indissociáveis. Possui como meta a equidade formal, a partir da contextualização das circunstâncias históricas da repercussão da exclusão das pessoas diferentes na sociedade.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Inclusão. Ensino-Aprendizagem.

## RESUMEN

Para la inclusión de personas con necesidades especiales en el sistema regular de enseñanza, es necesario que la escuela rompa con las prácticas pedagógicas discriminatorias que aún continúan muy presentes. Compreendiendo esta situación de la escuela regular, en 2007 el MEC lanza el documento Política Nacional de Educación Especial en la Perspectiva de la Educación Inclusiva, pautada en una escuela para todos. Siendo así, la bandera de la escuela inclusiva es una escuela para todos, independientemente de que los integrantes tengan o no necesidades especiales. La educación inclusiva no es solamente incluir a las personas con necesidades especiales en la enseñanza regular, sino promover estrategias para que ellas permanezcan como también progresan en el proceso de aprendizaje y desarrollo. Como problemática de estudio he intentado responder a la pregunta: ¿Cuáles son las principales contribuciones de las políticas públicas para que realmente se efectúe la inclusión en el

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social e Licenciatura Plena em Pedagogia. Assistente Social na FCDX e Tutora na UNIASSELVI.

<sup>2</sup> Pedagoga, Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental, Doutora em Geografia, Professora na UNOCHAPECÓ.

ámbito educativo? Los objetivos trazados en este estudio son: Reflexionar sobre la importancia de la red de políticas públicas en la efectividad de los derechos de la PCD; Destacar las políticas públicas enfocadas en la Educación Especial; Identificar de qué forma está ocurriendo la inclusión en las escuelas de Enseñanza Regular. La metodología utilizada para la realización de la investigación fue de cuño bibliográfico. La inclusión es un movimiento mundial que involucra los aspectos políticos, culturales, sociales y pedagógicos. Es importante que la educación inclusiva esté orientada en la concepción de derechos humanos a todas las personas y valores como igualdad y diferencias son indisociables. Tiene como meta la equidad formal, a partir de la contextualización de las circunstancias históricas de la repercusión de la exclusión de las personas diferentes en la sociedad.

**Palabras-clave:** Políticas públicas. Inclusión. La enseñanza y el aprendizaje.

## **ABSTRACT**

For the inclusion of people with special needs in the regular system of education, it is necessary that the school breaks with discriminatory pedagogical practices that still remain very present. Understanding this situation of the regular school, in 2007 the MEC launches the document National Policy of Special Education in the Perspective of Inclusive Education, based on a school for all. Therefore, the inclusive school banner is a school for all, regardless of whether the members have special needs or not. Inclusive education is not only about including people with special needs in regular education, but promoting strategies for them to remain as well as progressing in the learning and development process. As a study problem, I tried to answer the question: What are the main contributions of public policies so that inclusion in the educational field really takes effect? The objectives outlined in this study are: Reflect on the importance of the public policy network in the realization of the rights of the PCD; Highlight public policies focused on Special Education; Identify how inclusion is occurring in schools of Regular Education. The methodology used to carry out the research was a bibliographic one. Inclusion is a worldwide movement that involves political, cultural, social and pedagogical aspects. It is worth noting that inclusive education is based on the conception of human rights for all people and values as equality and differences are inseparable. It has as its goal the formal equity, from the contextualisation of the historical circumstances of the repercussion of the exclusion of different people in society.

**Keywords:** Public Policies. Inclusion. Teaching Learning.

## **INTRODUÇÃO**

Vivemos atualmente um momento cada vez mais intenso de luta pelos direitos dos grupos minoritários até então excluídos e marginalizados de nossa sociedade. Esse movimento é denominado inclusão social e está relacionado com a garantia de equiparação de oportunidades para todos os indivíduos, em todas as áreas de nossas vidas. No que diz respeito à educação, esse movimento se traduz em inclusão escolar, cujo objetivo principal é a construção de uma escola democrática, na qual as necessidades educacionais específicas de todos os alunos, sem exceção, sejam atendidas e na qual a diversidade seja uma característica

intrínseca e, como tal, seja aceita, respeitada e valorizada. Em vista disso, é fundamental a discussão acerca do tema da inclusão escolar, visando construir bases teóricas e práticas para a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais na escolar regular. No entanto, não podemos esquecer que uma compreensão ampla sobre esse tema requer análise cuidadosa e reflexão não apenas sobre as raízes do movimento de inclusão escolar, mas também sobre o contexto no qual esse movimento está inserido, ou seja, sobre a história da educação especial.

A partir de 1994, com a Declaração de Salamanca, resultado da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Qualidade e Acesso” solidificam-se as metas do Congresso Mundial de Educação para Todos, realizado em 1990, na Tailândia, que previa a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, acrescentando-se, na Espanha, os princípios norteadores da Educação Inclusiva. Todos esses movimentos, de direito cidadão, trouxeram para a escola um novo contingente, de personagens que também não encontraram uma escola preparada para recebê-los.

Se por um lado a educação inclusiva enfatiza a qualidade de ensino para todos, por outro, a escola precisa urgentemente se reorganizar para dar conta da multiplicidade de questões inerentes ao trabalho educacional. Somente a partir de uma profunda revisão da prática pedagógica docente é que será possível ultrapassar os preconceitos que acabam gerando a exclusão. O desafio é seguir adiante e entender que o desenvolvimento humano se estabelece, desde o nascimento, na relação com outras pessoas, e, portanto, se constitui em tarefa conjunta e recíproca que ocorre em qualquer circunstâncias em que as formas de relações sociais e o uso de signos se encontrem presentes.

Utilizando-nos da perspectiva dialética, perceberemos que cada ato ou papel assumido pelo indivíduo só será compreendido dentro de uma determinada situação, o que se verifica a partir da totalidade como ação indissociável. Essa postura nos leva a entender que será pelos confronto de ideias e posições que se pode perceber a situação como um todo e, assim, construir alternativas possíveis de significação e ressignificação para o grupo. Será na perspectiva desse caminhar que os conteúdos escolares passarão a ser apreendidos de forma historicizada e na relação com outros conceitos, possibilitando a intervenção na prática dos alunos e, conseqüentemente, guiar suas ações.

Diante desse compromisso, é preciso que o trabalho de Educação Inclusiva vá sendo implantado gradualmente, para que tanto a educação especial, quanto o ensino regular, possam ir se adequando a esta nova realidade, construindo políticas, práticas institucionais e pedagógicas que garantam a qualidade de ensino para todos os alunos.

## **1 INCLUSÃO ESCOLAR: DEFINIÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E BASES LEGAIS**

Atualmente é muito comum ouvirmos discursos políticos, vermos campanhas publicitárias e acompanharmos ações de organizações não governamentais que têm como tema principal a inclusão social de grupos que historicamente foram excluídos da nossa sociedade.

Vivemos um momento de luta pela igualdade de direitos e pela equiparação de oportunidade para todos. Na área da educação, esse movimento foi traduzido como inclusão escolar e hoje faz parte do cotidiano de todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com as questões educacionais.

Em um contexto de desigualdade social e econômica, discute-se muito sobre a importância de garantir e de como garantir a igualdade de direitos e a consequente inclusão social de grupos excluídos de nossa sociedade, devido à diferença de raça, etnia, status econômico, aparência física e desempenho acadêmico.

Principalmente a partir da década de 1990, o movimento de inclusão escolar passou a ser amplamente disseminado não apenas com base na questão sobre como realizar intervenções diretamente voltadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais, mas, principalmente, sobre como a sociedade pode ser reestruturada de modo a permitir a participação plena dessas pessoas.

Segundo Aranha (2000, p. 2), “a ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos, a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social”.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, as Ciências e a Cultura (Unesco), em junho de 1994, resultou na deflagração da Declaração de Salamanca e da Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (Brasil, 1994), a qual estabeleceu os seguintes princípios:

Art. 2º Acreditamos e proclamamos que:

- ◆ Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- ◆ Toda criança possui característica, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;

- ◆ Sistemas educacionais deveriam ser designadas e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- ◆ Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- ◆ Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educativa efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Para que os referidos princípios sejam implementados, de acordo com a Declaração de Salamanca, os governos deveriam tomar, entre outras, as seguintes providências (Aranha, 2004):

- ◆ Priorizar o desenvolvimento dos sistemas educativos com o objetivo de incluir todas as crianças, independentemente de suas especificidades individuais;
- ◆ Adotar o princípio da educação inclusiva;
- ◆ Adaptar as escolas para que as mesmas sejam capazes de oferecer educação de qualidade para todas as crianças.

Para tanto, a declaração contém orientações para que ações sejam desenvolvidas em âmbito regional, nacional e internacional. As orientações a serem desenvolvidas nacionalmente referem-se aos seguintes aspectos: política e organização; fatores relativos à escola; recrutamento e treinamento de educadores; serviços externos de apoio; áreas prioritárias; perspectivas comunitárias; requerimentos relativos a recursos.

A Declaração de Salamanca representa “o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. A partir de então, ganham terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil” (Mendes, 2006a, p. 395). Depois da Declaração de Salamanca, o conceito de necessidades educacionais especiais foi amplamente disseminado.

A inclusão escolar foi definida por Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p. 21), como “a prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as

necessidades dos alunos são satisfeitas”. A inclusão é uma filosofia segundo a qual alunos, familiares, educadores e membros da comunidade unem-se para criar escolas cuja base é a aceitação, a luta pelo direito de ocupar o seu lugar na escola e a colaboração entre os envolvidos (Salend, 2008).

A inclusão escolar não deve ser considerada como um movimento isolado e de forma descontextualizada. Na verdade, a inclusão escolar, segundo Mendes (2006a), constitui-se como:

Uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado “inclusão social”, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças. (MENDES, 2006a, p. 395).

A inclusão social pode ser considerada um movimento que, historicamente, foi marcado por lutas sociais realizadas por grupos minoritários, assim como por seus representantes, com o objetivo de conquistar a possibilidade de exercer seus direitos e ter acesso a todos os ambientes que são comuns para a vida em sociedade (Aranha, 2000).

Karagiannis, Stainback e Stainback (1999) argumentam que a inclusão escolar proporciona para as pessoas com deficiência a oportunidade de vivenciar experiências em contextos reais, o que as prepara melhor para a vida na comunidade. Os professores também são beneficiados, já que, com o esforço para atender às mais variadas necessidades dos alunos, eles desenvolvem e aperfeiçoam suas habilidades. Além disso, a sociedade desenvolve seus valores sociais de respeito à diversidade e igualdade de direitos.

Segundo Carvalho (2005), a inclusão escolar:

Deve ser entendida como princípios (um valor) e como processo contínuo e permanente. Não deve ser concebida como um preceito administrativo, dado “a priori”, que leva a estabelecer datas, a partir das quais as escolas passam a ter o estado de inclusivas, em obediência à hierarquia do poder ou a pressões ideológicas. (CARVALHO, 2005, p. 15).

Na inclusão escolar, por outro lado, acreditamos que o sistema educacional precisa ser reestruturado para atender as necessidades dos alunos e, conseqüentemente, proporcionar meios para que esses alunos alcancem progressos escolares e sucesso acadêmico. Com isso, o problema deixa de estar centrado no aluno e se desloca para o sistema educacional como um todo.

Nessa direção, Mendes (2002, p. 65) afirma que “a equiparação de condições não garante a equiparação de oportunidades, e a educação inclusiva bem-sucedida implicará a

reestruturação do sistema educacional em todos os seus níveis: político-administrativo, escolar e na própria sala de aula”.

Finalmente, na proposta de integração escolar havia uma rede de serviços, organizados em níveis, pelos quais os alunos transitavam, sendo que em grande parte dos casos os estudantes que vivenciavam a experiência da classe comum da escola regular e não obtinham êxito retornavam para serviços mais segregados. Além disso, segundo Mendes (2006a), o conceito de normalização não foi aplicado amplamente, de modo que a integração de todos os alunos, independentemente de suas características, foi evitada.

Embora a rede de serviços continue existindo na inclusão escolar, existe a intensificação na prestação de atendimento na classe comum da escola regular sempre que possível.

### 1.1 PRINCÍPIOS PARA ALCANÇAR A INCLUSÃO ESCOLAR

Observamos atualmente discussões cada vez mais frequentes entre pesquisadores da área de educação especial, gestores de ensino, profissionais envolvidos com a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, familiares e o próprio aluno com necessidades educacionais especiais sobre como a inclusão escolar pode ser efetivada. Embora tal questão seja influenciada pela realidade de cada instituição de ensino, é possível indicar alguns princípios gerais que podem ser colocados em prática.

Salend (2008) trata de quatro princípios fundamentais a serem seguidos para que uma inclusão escolar bem-sucedida seja alcançada:

1. Acesso para todos os alunos;
2. Aceitação dos pontos fortes e desafiadores dos alunos assim como da diversidade;
3. Práticas reflexivas e instruções diferenciadas;
4. Noções de comunidade e colaboração.

Na tentativa de criar ambientes adequados para suprir as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, a escola teve de iniciar um processo de revisão de sua estrutura, refletindo sobre novas formas de desenvolver e implementar o currículo, transmitir conteúdos e propor atividades.

Em vista disso, Salend (2008) seleciona como primeiro princípio para o sucesso da inclusão escolar o acesso para todos os alunos, não só para aqueles que apresentam

necessidades educacionais especiais. Segundo o autor, a inclusão escolar pode ser considerada como efetiva quando é oferecida para todos os alunos igual oportunidade de acesso a currículos desafiadores, atrativos e flexíveis e quando é dada a esses estudantes a chance de experimentar propostas educacionais que são consistentes com suas habilidades e necessidades. Dessa forma, uma escola pode ser considerada inclusiva quando acolhe, aprecia, ratifica e celebra o valor de todos os alunos receberem uma educação de mais qualidade, convivendo com colegas da mesma idade em uma escola regular próxima de sua casa.

A inclusão escolar evidencia que a prática pedagógica tradicional, baseada apenas na transmissão de conhecimento, é ineficaz para ensinar grande parte dos alunos. Segundo Blanco (2004), a escola tradicionalmente focalizou sua atenção em satisfazer às necessidades comuns, delineando objetivos sem considerar as características específicas de cada aluno.

Essa postura tradicional, no âmbito curricular, é demonstrada por propostas rígidas e homogeneizadoras, que desconsideram os diversos contextos nos quais ocorrem os processos de ensino-aprendizagem. Como consequência, é possível observar a alta ocorrência de dificuldades de aprendizagem, repetências, absenteísmo e fracasso escolar (Blanco, 2004).

Todos os alunos apresentam características físicas, comportamentais e emocionais próprias, sendo que devido à existência destas, uma prática de ensino voltada para um conjunto homogêneo de aluno não alcança êxito. Segundo Perrenoud (2001), grande parte das estratégias de ensino utilizadas pelo professor deve ser adaptada às características dos alunos, à composição da classe e à história das relações entre os alunos e entre eles e o professor.

Em vista disso, acreditamos que para garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula do ensino regular é preciso que a prática do professor seja baseada nas necessidades, nas potencialidades e nos interesses desse estudante. Em vista da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na sala comum do ensino regular, a postura do professor tem de mudar. Para tanto, é de suma importância, que os cursos de formação ensinem os futuros professores a lidar com a diversidade atualmente existente na da sala de aula.

Como destaca Beyer (2008, p. 80), “o(a) professor(a) em sala de aula é peça fundamental para que a ação educativa junto aos alunos com necessidades educacionais especiais tenha margem razoável de sucesso”.

Segundo Freitas (2006, p. 170):

Discutir as questões relativas à função social da escola e à importância de seu trabalho, considerar a diversidade e a heterogeneidade dos alunos e a complexidade

da prática pedagógica são dimensões essenciais a serem garantidas na formação do professor. Para tanto, cabe aos formadores possibilitar que todo professor aprenda a investigar, sistematizar e produzir conhecimento, por meio de leituras diversificadas, trabalhos escritos, emprego de recursos tecnológicos, análise de materiais didáticos, especialmente livros, vídeos, jogos e brinquedos a serem utilizados com os alunos. A construção progressiva desses procedimentos contribui para o desenvolvimento pessoal, potencializa a atuação pedagógica e favorece um exercício profissional mais autônomo, o que representa uma grande conquista para os futuros professores e também para os alunos. (FREITAS, 2006, p. 170).

Os professores devem abandonar práticas que valorizam a simples acumulação de conteúdo e nas quais os alunos ficam isolados. Por outro lado, devem ser planejadas atividades em equipe que possibilitam a manifestação da aprendizagem, talentos e diferenças.

Nessa direção, vamos apresentar o segundo princípio abordado por Salend (2008), que diz respeito à aceitação dos pontos fortes e desafiadores dos alunos assim como da diversidade existente em sala de aula. Ele afirma que os professores não podem ensinar seus alunos desconsiderando diversos fatores que os tornam indivíduos únicos, já que fatores como raça, gênero, língua, comprometimentos e nível econômico interagem e influenciam o desempenho acadêmico e social dos alunos. Em vista disso, salas de aula inclusivas são aquelas que promovem aceitação e equidade, que valorizam a capacidade que todos os indivíduos possuem para aprender e contribuir com a sociedade.

Como terceiro princípio, Salend (2008) coloca as práticas reflexivas e as instruções diferenciadas, argumentando que a inclusão escolar requer educadores dispostos a examinar suas atitudes e diferenciar sua forma de ensinar, avaliar e manejar a sala de aula, de modo a acomodar as necessidades dos alunos e garantir, além de progresso acadêmico, uma experiência escolar significativa.

Nesse sentido, de acordo com a perspectiva da inclusão escolar, o autor (2008) argumenta que os professores devem refletir continuamente, e de modo crítico, sobre seus valores e crenças, assim como reavaliar suas práticas para assegurar a participação e desenvolvimento de todos os alunos.

Como último princípio, Salend (2008) destaca a colaboração da comunidade, explicando que a inclusão escolar só pode ser efetivada com o esforço e o envolvimento de professores, dos demais profissionais envolvidos com a educação do aluno, dos próprios alunos, dos familiares e da comunidade. O autor defende que esses personagens precisam trabalhar juntos, compartilhando recursos, responsabilidades, habilidades, decisões e defesa pelos direitos dos alunos.

Para que a inclusão escolar seja efetivada com êxito, não basta que apenas alguns professores dentro de uma escola acreditem nela. Pelo contrário, é necessário que toda a

comunidade escolar, incluindo famílias e alunos, acreditem e sigam os princípios básicos da inclusão, ou seja, democracia, igualdade, busca de uma educação de qualidade para todos os alunos e também nos benefícios que todos irão alcançar com a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular (Schaffner; Buswell, 1999).

As autoras também discutiram sobre a importância da função da gestão educacional para o sucesso da inclusão escolar. De acordo com elas (1999), cabe aos gestores de ensino definir os objetivos que a escola deve alcançar para se tornar, cada vez mais, uma escola inclusiva, garantir que ações sejam implementadas para atingir os objetivos definidos e, além disso, fornecer apoio para as interações e os processos desenvolvidos de acordo com a perspectiva de inclusão escolar. Frente aos desafios impostos pelo processo de inclusão escolar, os gestores de ensino devem apresentar uma postura firme de defesa dos direitos dos alunos de receberem educação de qualidade na sala comum da escola regular, sem demonstrar ambivalência, porque isso pode ocasionar insegurança entre os membros da comunidade escolar e comprometer todo o processo.

Schaffner e Buswell (1999) argumentam que a escola é um reflexo da sociedade, repetindo valores e práticas positivas, mas também negativa, como as atitudes preconceituosas direcionadas para aqueles com características diferentes daquelas consideradas como padrão. No entanto, a escola apresenta como vantagem o fato de se constituir como espaço no qual tais valores e práticas podem ser questionados, revistos e modificados. Os docentes e os demais profissionais da escola devem reconhecer como parte do papel deles desenvolver entre os alunos relações de respeito, aceitação e amizade.

Considerar a diversidade como ponto de partida leva à aceitação da diferença, em vez da estigmatização. Dessa forma, é possível construir, por um lado, o direito de todo aluno ter seu lugar na escola, mesmo quando esse estudante apresenta características que o torna diferente da maioria e, além disso, ensina os alunos, a mais tarde, saber conviver com pessoas de características pessoais e culturais diferenciadas, com formas distintas de construir o seu projeto de vida (César, 2003).

## 1.2 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É importante mencionar que a legislação sobre a Educação Inclusiva vem avançando e modificando-se constantemente. Devemos acompanhar estas mudanças para melhor compreendermos esses avanços e relacioná-los às práticas sociais e educativas.

\* Documentos Internacionais:

Apresento os documentos internacionais que orientam as políticas públicas a respeito da inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais.

- ✚ **Declaração Universal dos Direitos Humanos:** esta declaração assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos de todos os cidadãos, tais como: direito à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na comunidade.
- ✚ **Declaração de Jomtien:** em 1990, aconteceu em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para todos, na qual o Brasil participou. Assim, ao assinar esta Declaração, o Brasil assume o compromisso perante a comunidade internacional de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país.
- ✚ **Declaração de Salamanca:** foi construída na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, em Salamanca (Espanha), em 1994, realizada pela UNESCO. O objetivo principal desta conferência foi a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Esta declaração foi um marco na organização política dos países envolvidos, inclusive no Brasil. Assim, nesta conferência, os países participantes declararam (principais trechos da Declaração de Salamanca:

- Educação Inclusiva: capacitar escolas comuns para atender todos os alunos, especialmente aqueles que têm necessidades especiais.
- Princípio da Inclusão: reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à – escola para todos – um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apoie a aprendizagem e responda às necessidades individuais.
- Toda pessoa tem o direito fundamental à educação e a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível aceitável de aprendizagem.
- Todo aluno possui características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que são singulares. Os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas educativos implementados de tal forma a considerar a ampla diversidade dessas características e necessidades.
- As escolas devem acomodar todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, uma pedagogia

capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência severas.

- O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntos, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.
- Os currículos devem ser adaptados às necessidades dos alunos e não o inverso. As escolas devem, portanto, oferecer oportunidades curriculares que se adaptem a alunos com diferentes interesses e capacidades.
- A fim de acompanhar o progresso de cada aluno, os procedimentos de avaliação devem ser revistos.
- Aos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser oferecidas diferentes formas de apoio, desde uma ajuda mínima em classes comuns até programas adicionais de apoio à aprendizagem na escola, bem como a assistência de professores especialistas e de equipe de apoio externo.

FONTE: DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <http://www.cedipod.org.br/salamanc.htm>. Acesso em: 22 de Outubro de 2018.

- ✚ **Convenção de Guatemala:** Trata-se de uma convenção que foi realizada em Guatemala, em 1999, da qual vários países sul-americanos são signatários, inclusive o Brasil. Nesta convenção o foco foi a eliminação da discriminação contra as pessoas com deficiência. Esse documento dispõe que as pessoas com deficiência não podem receber tratamentos diferenciados que impliquem exclusão ou restrição ao exercício dos mesmos direitos que as demais pessoas têm.

\* Legislação Brasileira:

As principais ações políticas já existentes são:

- ✚ **ECA – Estatuto da Criança e Adolescente:** Este estatuto, na Lei nº. 8.069, de 1990, em seu art. 53, no que se refere à educação, estabelece que “toda criança e adolescente tem o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Além disso, assegura:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Direito de ser respeitado por seus educadores;
- Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

✚ **LDB 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** A LDB 9.394 reserva um capítulo exclusivo para a educação especial (Cap. V), e isto parece relevante para uma área tão pouco contemplada, historicamente, nas políticas públicas brasileiras. O destaque reafirma o direito à educação, pública e gratuita, das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades.

Um fato relevante é que, a partir desta lei, os municípios brasileiros receberam a responsabilidade da universalização do ensino, referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental. Assim, o município passou a responsabilizar-se pelas decisões e ações políticas para a implementação da educação inclusiva no âmbito da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Neste contexto, irei apresentar aqui somente o capítulo referente à Educação Especial:

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 – Capítulo V – Educação Especial.**

Art. 58 – Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida presencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º – Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º – O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º – A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V- acesso igualitário aos benefícios os programas sociais suplementares disponíveis para respectivo nível do ensino regular.

Art. 60 – Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

FONTE: (BRASIL, Lei nº 9.394).

O documento mais recente que se refere à educação inclusiva, no ano de 2011, é a portaria nº 948/2007. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento elaborado por um grupo de trabalho nomeado pelo próprio Ministério da Educação que, “acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos”.

Este documento objetiva “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”. Como hoje, esse documento é o mais recente norteador das ações educacionais em busca da educação inclusiva, acreditamos na importância de conhecê-lo na íntegra. Sendo assim, seguem as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

## **\* VI – DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializado públicos ou conveniados.

O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado ou turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. Desse modo, na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação

especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social.

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular.

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema braile, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em braile, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Para assegurar a intersetorialidade na implementação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

FONTE: Adaptado de: <[portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000011730.pdf](http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000011730.pdf)>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.

Estamos vivendo um momento de muitas conquistas e mudanças no campo da inclusão escolar. Conhecer os documentos norteadores de nossa prática pedagógica, além de importante, é fundamental para compreendermos as ações fundantes de todo esse processo, bem como é necessário atentar para o fato de que todos nos educadores fazemos parte deste movimento, a inclusão. Nossas ações condizem com o que acreditamos e a inclusão escolar somente acontece quando se acredita!

### 1.3 ESCOLA INCLUSIVA: AS CRIANÇAS AGRADECEM

A década de 90 foi rica no estabelecimento de metas sociais para a Educação, trazendo à cena os excluídos, os menos favorecidos, os portadores de deficiências, os analfabetos, os evadidos e tantos outros que, por alguma razão, não mais frequentavam a escola ou nunca tinham tido acesso a ela.

A realização do Congresso Mundial de Educação para Todos, em 1990, na Tailândia, contribuiu para que fossem criadas duas metas de importância capital para uma sociedade democrática – a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, comprometendo-se as Nações que dele participaram, como o Brasil, a promover ações que visassem à erradicação do analfabetismo em um prazo de dez anos.

Com a realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994, na Espanha, nasce a Declaração de Salamanca, que representa “os princípios, a política e a prática em educação especial”. Reforçando as metas do Congresso da Tailândia, a Conferência assume o compromisso com a inclusão, por reconhecer que “inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos”. (Declaração de Salamanca, 1994).

Não há como negar a importância social das metas estabelecidas, na medida em que explicitam o direito de todos à educação, exigindo, com isto, o ajustamento dos sistemas escolares no sentido de rever paradigmas e melhorar o ensino oferecido.

As três metas hoje colocadas favorecem a valorização da escola, reconhecendo ser ela um espaço privilegiado para a construção de uma sociedade democrática, apontando não só para a qualidade de ensino, como para a possibilidade de contribuir para as modificações de atitudes discriminatórias, já que na escola inclusiva, com a presença das diversidades sociais e culturais, não se criam mecanismos que minimizem as barreiras elitistas presentes hoje na sociedade.

Essa proposta anuncia que a função da escola é buscar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades para o exercício da cidadania, entendendo que o termo “necessidades educacionais especiais” se refere a “todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem”. (Declaração de Salamanca, 1994).

No entanto, dadas as dificuldades em implementar as propostas anunciadas, a UNESCO chama para uma reunião, os Ministros da Educação da América Latina e do Caribe para a realização da VII Sessão do Comitê Intergovernamental Regional do Projeto Principal

para a Educação, em março de 2001, em Cochabamba, na Bolívia, que originou um documento que reafirma a importância de se consubstanciar as metas de universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, ampliando o prazo de execução para 2015.

No Fórum Mundial de Dacar, em abril de 2000, foram levantados alguns aspectos de relevância para o cumprimento das metas estabelecidas, passando a ser conhecida como “seis metas para a educação para todos”, adotadas pela UNESCO como bandeiras de sua ação e que preveem:

1. Expandir e melhorar a educação e cuidados com a infância, em particular para as crianças em situação de vulnerabilidade;
2. Assegurar para todas as crianças, especialmente meninas, em circunstâncias e provenientes de minorias étnicas, o acesso a uma educação primária universal de qualidade;
3. Assegurar que as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens sejam satisfeitas de modo equitativo, por meio de acesso a programas de aprendizagem apropriados;
4. Atingir até 2015, 50% de melhoria nos níveis de alfabetização de adultos, em particular mulheres, em conjunção com acesso equitativo à educação básica e continuada;
5. Eliminar, até 2005, as disparidades de gênero na educação primária e secundária e atingir até 2015, a igualdade de gênero no acesso à educação básica de qualidade;
6. Melhorar todos os aspectos relacionados com a qualidade da educação, de modo a atingir resultados reconhecíveis e mensuráveis para todos, em particular na alfabetização e nas habilidades. (UNESCO, 2001).

As propostas que visam tornar a Educação como um dos caminhos capazes de promover a melhoria da realidade social brasileira tem recebido apoio direto da UNESCO, no sentido de fornecer ao governo cooperação para o desenvolvimento de ações direcionadas ao aprimoramento e democratização da educação em todos os seus aspectos.

Neste sentido, duas questões são de fundamental importância para o êxito da escola inclusiva: a formação dos professores e a proposta político-pedagógica da escola, considerando que sem o conhecimento básico sobre as diversidades culturais e sociais destes novos personagens que chegam à escola e sem uma proposta pedagógica definida, não há como se manter as crianças na escola. A política de acesso é muito mais fácil de ser exercida do que a política de manutenção das crianças na escola, mesmo por um período considerado

mínimo necessário para a aquisição de uma escolarização bem-sucedida. A proposta de inclusão tem como pressuposto o sucesso de cada criança, por meio da utilização de uma pedagogia centrada no aluno, a fim de que possam ultrapassar as dificuldades apresentadas, mesmo com as que possuem “desvantagens severas”.

Essas questões aqui apontadas indicam a necessidade de uma política educacional que inclua efetivamente a todos, mas principalmente que os mantenha na escola por um período necessário à sua escolarização.

## **2 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Inclusiva é peça-chave para que o Brasil dê conta de sua responsabilidade junto aos organismos internacionais quanto às metas do Congresso Mundial da Tailândia, como para as contidas na Declaração de Salamanca. Muito se há de fazer para que tenhamos êxito na concretização deste novo paradigma educacional.

Não resta dúvida de que o século XXI será rico em debates sobre questões que possam assegurar a implantação e o desenvolvimento da Educação Inclusiva, numa perspectiva de que se dê ao longo da vida, e que tenham qualidade e principalmente melhore nossa capacidade de vivermos juntos. Além das reformas das instituições sociais enquanto tarefa técnica, a Declaração de Salamanca afirma que “ela depende acima de tudo, de convicções, compromissos e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já indica o compromisso brasileiro com a Escola Inclusiva, onde garante a matrícula de todos os alunos em escolas públicas ou privadas. No entanto, não basta a lei. Será preciso dar conta de viabilizá-la, já que mudar a escola é uma tarefa bastante complexa, onde se apresentam várias frentes de ação, tais como a qualidade da aprendizagem, o tempo mínimo de escolarização, a manutenção do aluno na escola, os cursos de formação, e tantas outras a listar.

Neste sentido, cabe um alerta aos governos, que não devem se descuidar da valorização do profissional da Educação, que é responsável pela tarefa fundamental da escola – a aprendizagem qualitativa de seus alunos. Há necessidade de se repensar planos de cargos e salários, concursos públicos que deem conta de necessidade funcional e concursos de remoção. A Declaração de Cochabamba reconhece que além das tarefas técnicas e pedagógicas, esta também é de relevância, a ponto de constar no próprio documento final.

Há de se considerar, ainda que apesar dos esforços governamentais em garantir o acesso à matrícula a todos os que estiverem em condições de frequentá-la, isto não torna

garantida a universalização do ensino fundamental, já que persistem as altas taxas de repetência e de evasão escolar. Isto significa que nem todas as crianças completam a educação básica, não adquirindo, portanto, uma escolarização que lhes permita acesso ao mundo do trabalho.

Apostar na Educação Inclusiva é acreditar que seremos capazes de contribuir para uma transformação social, que trate efetivamente a todos dentro dos princípios da igualdade, da solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos.

Acreditar no processo de inclusão é viabilizar a possibilidade de se buscar alternativas de permanência do aluno na escola, respeitando seu ritmo de aprendizagem e elevando sua autoestima. É banir em definitivo o hábito de excluir, que tanto tem empobrecido a sociedade brasileira. É reconhecer que somos diferentes, mas que devemos ter as mesmas oportunidades de acesso a uma vida melhor. É permitir que cada indivíduo possa entender como se dão as relações de poder na sociedade e possam exercer seu papel cidadão, enquanto contribuintes, na construção de uma Nação solidária.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e municipalização**. Marília: Ed. da Unesp, 2000.

ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva: transformação social ou retórica**. Marília: Fundepe, 2004.

BEYER, H. O. **O projeto político-pedagógico da educação inclusiva e a gestão educacional**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BLANCO, R. **A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. 1994. Disponível em: [http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/Decl\\_Salamanca.doc](http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/Decl_Salamanca.doc). Acesso em: 30 de outubro de 2018.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: do que estamos falando?** Cadernos de Educação Especial. Santa Maria, n°. 26, 2005.

CÉSAR, M. **A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos e para todos**. Portugal: Porto, 2003.

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Lei Federal nº. 8.069/1990.

FREITAS, S. N. **A formação de professores na educação inclusiva:** construindo a base de todo o processo. São Paulo: Summus, 2006.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Fundamentos do ensino inclusivo.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei nº. 9.394/96/apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, 2006a.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil.** São Carlos: Ed. da UFSCar, 2002.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças:** fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SALEND, S. J. **Creating inclusive classrooms:** effective and reflective practices. 6. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2008.

SCHAFFNER, C. B.; BUSWELL, B. E. **Dez elementos críticos para a criação de comunidade de ensino inclusive e eficaz.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Educação para Todos.** Brasília: Biblioteca Virtual de Educação UNESCO-Brasil, 2001.